

Os lugares da arquivologia no campo da informação

Angélica Alves da Cunha Marques

Professora da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília. Mestre em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (Unb) – Brasília, DF – Brasil.

E-mail: angelicacunha@unb.br

Recebido em: 15/08/2014. Aprovado em: 27/08/2014. Publicado em: 25/3/2015.

Resumo

Este artigo reflete sobre os territórios históricos, teóricos e epistemológicos conquistados pela Arquivologia ao longo da sua trajetória. A partir de pesquisa bibliográfica, situa a disciplina no campo da informação e apresenta uma síntese do objeto, dos princípios, dos métodos, das instituições, dos manuais, dos cursos, da legislação, da terminologia, dos eventos, dos periódicos, das associações e das pesquisas arquivísticas. Compreende que esses aspectos demarcadores da evolução e expansão acadêmica e científica da Arquivologia, bem como da sua visibilidade social, sinalizam a identidade da disciplina, justificando tanto os seus diálogos no campo da informação sem confundir-la com outras disciplinas, quanto as suas conquistas de espaços próprios para a formação de arquivistas, para a circulação do seu pensamento e para a sua produção científica.

Palavras-chave: Arquivologia. Campo da informação. História da Arquivologia. Epistemologia arquivística.

The places of Archival Science in the Field of Information

Abstract

This article reflects on the historical, theoretical and epistemological territories conquered by Archivology along its trajectory. From literature, sets the discipline in the field of information and provides an overview of the object, principles, methods, institutions, manuals, tutorials, legislation, terminology, events, periodicals, associations and of archival research. It understands that the boundary aspects of the evolution and academic and scientific expansions of Archivology, as well as its social visibility, indicates the discipline's identity, justifying both its dialogues in the field of information without confusing it with other disciplines, for realizing its own spaces for archivists education, for the flow of its theories and scientific production.

Keywords: Archival Science. Information field. History of Archival Science. Archival Science epistemology.

Los lugares de la ciencia archivística en el campo de la información

Resumen

En este artículo se reflexiona sobre los territorios históricos, teóricos y epistemológicos conquistados por la Archivología a lo largo de su trayectoria. Desde la literatura, la disciplina se encuentra en el campo de la información y da una visión general de los objetos, principios, métodos, instituciones, manuales, tutoriales, la legislación, la terminología, eventos, publicaciones, asociaciones y de investigación archivística. Entiende que estos aspectos de la evolución y expansión de académica y científica de la Archivología, así como su visibilidad social caminos, indican la identidad de la disciplina, lo que justifica tanto sus diálogos en el campo de la información, sin confundirla con otras disciplinas, como sus conquistas por espacios propios para la formación de los archivistas, para la circulación de su pensamiento y de su producción científica.

Palabras clave: Archivología. Campo de la información. Historia de la Archivología. Epistemología Archivística.

INTRODUÇÃO

A nossa experiência de pesquisa desde a graduação, com um projeto de iniciação científica, passando por um mestrado e, em seguida, por um doutorado, somada, nos últimos anos, à experiência docente, foi continuamente perpassada pela busca de compreensão da identidade da Arquivologia e, conseqüentemente, do arquivista.

Assim, inicialmente mapeamos pesquisas científicas arquivísticas, os *loci* da sua produção, as suas relações com outras disciplinas e áreas do conhecimento, a partir dos temas de projetos de iniciação científica, dissertações e teses voltadas para os arquivos e para a Arquivologia (CUNHA, 2003).

Longe de ser exaustivo, esse mapeamento sinalizou alguns contornos da disciplina cujos limites buscávamos investigar e serviu de mote para a próxima fase da pesquisa, que se dedicou ao estudo da trajetória histórica da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, ou seja, seus espaços, diálogos e atores envolvidos nos seus caminhos de conquista de lugares acadêmicos e científicos (MARQUES, 2007).

Novamente, ainda que ampliada e aprofundada, a pesquisa não pode evidentemente apreender todas as nuances dessa trajetória e ficou, para a sua terceira (mas não última) fase, a investigação das influências arquivísticas internacionais, no desenvolvimento da disciplina no Brasil. Contudo, os documentos pesquisados revelaram que não se tratavam de meras influências externas, mas de interlocuções entre a disciplina que se configurava no Brasil e as suas diversas versões internacionais (MARQUES, 2011).

O longo mapeamento dessas três fases culminou em resultados expressivos, tanto quantitativa quanto qualitativamente, os quais apontaram a demarcação de territórios e fronteiras da Arquivologia no mundo científico, ainda que estas fossem porosas diante dos seus múltiplos diálogos com outras disciplinas. Entretanto, os aspectos pesquisados nesses e em outros diversos trabalhos da área (POSNER, 1972; COUTURE; DUCHARME, 1988;

DUCHEIN, 1992; GAGNON-ARGUIN, 1992; SCHAEFFER, 1994; GALLAND, 2002-2003; DUCHEIN, 1993; BOTTINO, 1994; BRITTO, 1995; COOK, 1997; LOPES, 1997-1998; DELSALLE, 1998; GENERELO; MORENO LÓPEZ, 1998; RIBEIRO, 1998; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999; LIMON, 1999-2000; COUTURE, 2001-2002; ARLETTAZ, 2003-2004; FONSECA, 2004; VIVAS MORENO, 2004; COSTA, 2008; SILVA, E., 2009; SILVA, W., 2009; SANTOS, 2010; SOUZA, 2010; GOMES, 2011; SCHMIDT, 2012; SILVA, 2013; MARQUES; SANTOS; RODRIGUES, 2014, somente para citar alguns), ainda parecem insuficientes para afirmar a autonomia científica, bem como a visibilidade social da Arquivologia. Mesmo no âmbito da graduação, constatamos cotidianamente dúvidas e posicionamentos dos discentes e até de alguns docentes, reticentes ou mesmo contrários à autonomia da Arquivologia como disciplina científica. O fato de muitos cursos de Arquivologia vincularem-se administrativamente a faculdades, departamentos ou a institutos de Ciência da Informação em várias universidades brasileiras parece, para muitos, ser decisivo para submeter a disciplina arquivística à dependência teórica e epistemológica da Ciência da Informação.

Acrescenta-se a essa situação acadêmico-administrativa aquela de cunho mais político-institucional, da classificação das áreas do conhecimento, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que desde 1984, vincula a Arquivologia como subárea daquela ciência, na sua Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) (SOUZA, 2008).

Assim, dentro e fora dos seus cursos de graduação, passando por diversos cursos de pós-graduação e mesmo entre profissionais, discentes e docentes da área, os posicionamentos acerca dos lugares da Arquivologia divergem, entrando em um labirinto de discussões repetitivas e, muitas vezes, improficuas. Diante desse quadro, este artigo objetiva refletir

sobre os lugares da Arquivologia no campo da informação. Ouseja, em termos de objeto, princípios, métodos, aspectos demarcadores da sua evolução e expansão acadêmica e científica (instituições, manuais, cursos, legislação, terminologia, eventos, periódicos, associações e pesquisas), além da sua busca por visibilidade social, quais são os territórios históricos, teóricos e epistemológicos conquistados pela Arquivologia ao longo da sua trajetória?

Para esta empreitada, munimo-nos da pesquisa bibliográfica e documental que amparou todas as fases da nossa investigação.

O CAMPO DA INFORMAÇÃO

Pessoas formadas em diversas áreas e que, nos últimos anos, vêm atuando como pesquisadores e docentes dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação têm se esforçado para identificar os marcos históricos e as fronteiras dessa disciplina. Longe de se chegar a um traçado consensual, observam que as suas origens remetem à década de 1960, como um desdobramento da Biblioteconomia ou da Documentação ou, ainda, como uma proposta distinta das duas áreas, bem como da Arquivologia e da Museologia, nas suas preocupações com o conteúdo dos documentos e com as instituições custodiadoras. Assim, a “nova ciência” voltar-se-ia para a promoção da disseminação, da circulação e do efetivo uso da informação (ARAÚJO, 2014). Histórica e epistemologicamente diferente das primeiras disciplinas dedicadas à organização, à preservação e à promoção do uso dos documentos, a Ciência da Informação passaria, de acordo com a última abordagem, a ser objeto de pesquisas, discussões e reflexões no âmbito de programas de pós-graduação e de diversos eventos.

Publicações mais recentes da Ciência da Informação e da Arquivologia reconhecem (ou não) as suas relações em, pelo menos, três perspectivas. Há autores que ignoram a trajetória histórica dos arquivos, a qual, segundo Silva et al. (1999), remete à invenção da escrita, e da Arquivologia, a partir do século XVI, como apresentado por Fonseca (2004).

Dentre esses autores, podemos citar Le Coadic (1996, p. 14) como aquele mais radical nesse posicionamento, ao considerar que “Os arquivos não passam de documentos conservados”.

Outros autores, ainda aparentemente desconsiderando a longa trajetória arquivística, concebem a Arquivologia como uma parte, uma disciplina (aplicada) da recém-criada Ciência da Informação. Exemplos desse posicionamento podem ser encontrados em Pinheiro (1999) e Silva et al. (1999), os quais observam relações inter e transdisciplinares entre as duas disciplinas, respectivamente.

A terceira perspectiva diz respeito aos autores que demarcam a autonomia da Arquivologia e que reconhecem, em níveis e graus diversos, as suas relações com a Ciência da Informação. Para alguns desses estudiosos, essas relações são, ainda, frágeis (JARDIM; FONSECA, 1995; SILVA, 1996); para outros, são estreitas e promissoras (MARQUES, 2007; ARAÚJO, 2010).

Ao estudarmos a trajetória de formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica, compreendemos que não poderíamos situá-la na, tampouco subordiná-la à Ciência da Informação, pois tratam-se de duas disciplinas distintas histórica, epistemológica e teoricamente. Reconhecemos, evidentemente, as suas interfaces nesses três aspectos, bastante dinâmicas recentemente, especialmente quando vislumbramos a informação como objeto de estudo de ambas, quanto à sua gênese, organização, recuperação e comunicação.

Buscando, assim, uma perspectiva que apreendesse a amplitude e profundidade dos territórios históricos, epistemológicos e teóricos da Arquivologia, inspirados no conceito de “campo científico” de Bourdieu (2001), situamos essa disciplina no campo da informação.

Esse autor define campo científico como “um campo de forças dotado de uma estrutura e, assim, um campo de lutas por conservar ou transformar

esse campo de forças” (BOURDIEU, 2001, p. 69, tradução nossa). Essa definição contempla, simultaneamente, a unidade existente na ciência e as diversas posições que as diferentes disciplinas ocupam no espaço, isto é, a sua hierarquização. O que acontece no campo depende dessas posições e este pode ser descrito como um conjunto de campos locais (disciplinas), que têm, em comum, interesses e princípios mínimos.

A disciplina, por sua vez, é por ele compreendida como:

um campo relativamente estável e delimitado, portanto fácil de identificar: ela tem um nome reconhecido academicamente e socialmente (ou seja, que está notadamente presente nas classificações das bibliotecas como a Sociologia por oposição à “Mediologia”, por exemplo); ela está inscrita nas instituições, nos laboratórios, nos departamentos universitários, nas revistas, nas instâncias nacionais e internacionais (congressos), nos procedimentos de certificação de competências, nos sistemas de retribuição, nos prêmios. (BOURDIEU, 2001, p. 128, tradução nossa).

A partir dessa definição, o campo da informação é por nós entendido como “o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (MARQUES, 2013, p. 38). Nele estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da Ciência da Informação¹, como (sub/inter) campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares. Nesta perspectiva, não podemos reduzir a Arquivologia a uma parte da Ciência da Informação, mas conjugá-las como disciplinas diferentes e independentes, ainda que comunguem de alguns aspectos históricos, epistemológicos e teóricos.

¹ Poderíamos, evidentemente, considerar outras disciplinas que também tenham por objeto a informação, como a Comunicação. No entanto, restringimo-nos àquelas que, no Brasil, têm aproximações acadêmico-institucionais mais explícitas.

Podemos, assim, observar a TAC do CNPq como um exemplo de hierarquização de disciplinas e que, no caso do campo da informação, parece privilegiar a Ciência da Informação em relação às demais disciplinas que o compõem, assim como acontece nos contextos acadêmicos, científicos e sociais mais amplos.

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Em estudos sobre as áreas do conhecimento, Souza (2004; 2006; 2008) lembra o papel dessas áreas como instrumento de sistematização de informações sobre Ciência e Tecnologia (C&T), especialmente para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas. Tratando de difícil, complexa e delicada classificação no âmbito de interesses diversos, a organização e a representação do conhecimento trabalham com conceitos igualmente complexos como disciplina, interdisciplinaridade (e suas variações); envolve gestores, administradores, agências de fomento e de avaliação, sociedades científicas, institutos de pesquisa e a comunidade científica como um todo.

Segundo a autora, a TAC do CNPq teve a sua estrutura de base nos anos 1950 e foi passando por atualizações, ao longo do tempo, conforme demandas relacionadas à incorporação de áreas não contempladas. “A classificação das áreas do conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em Ciência e Tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984). Ao refletir sobre os propósitos dessa classificação, Souza pondera que

Podemos dizer que a finalidade principal de uma tabela de ‘Áreas do Conhecimento’ é orientar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do País. Uma tabela desta natureza, construída em base de uma sistematização de campos de pesquisa, poderá gerar indicadores representativos de atividades de pesquisa (projetos de pesquisa), formação de recursos humanos (programas de ensino superior) e produtos (publicações, bases de dados etc.), para citar alguns exemplos. (SOUZA, 2004, f. 20).

A TAC do CNPq já teve três versões: uma de 1976, outra de 1982 e, a última, de 1984. Esta versão foi revisada na década de 1990 (SOUZA, 2004) e passou por uma tentativa de revisão em 2005, que não se consolidou.² A tabela em vigor é hierarquicamente dividida em quatro níveis:

1. Grandes áreas: “aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos”. Correspondem à primeira divisão, revelando o princípio de divisão adotado para o universo que se quer representar. Neste caso, são oito grandes áreas: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes. Foi acrescentada a estas outra grande área, denominada, pelo CNPq, “Grande área 9 Outros” e, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de “Grande área 9 Outras” (utilizada até 2007). Atualmente, a Capes utiliza as mesmas denominações das grandes áreas da tabela CNPq, acrescentando outra grande área, denominada “Multidisciplinar”.³
2. Áreas: “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas” (Capes). Correspondem ao segundo nível hierárquico e, atualmente, são 76 áreas;

3. Subáreas: “segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados” (Capes), as quais dizem respeito ao terceiro nível da divisão hierárquica. Atualmente, são 340 subáreas;
4. Especialidades: “caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. A mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas” (Capes). Conforme divisão ocorrida em 2002, são 867 especialidades.

Na TAC de 1976, a Ciência da Informação foi contemplada como subárea da área Comunicação, com a denominação “Ciências da Informação”, com as especialidades: Sistemas de Informação; Biblioteconomia e Documentação; e outras (com a indicação especificar). A Arquivologia nem apareceu.

Na TAC de 1982, a área denominada “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” foi contemplada na grande área “Ciências Humanas, Sociais e Artes”, com duas subáreas: Teoria da Informação e Tratamento da Informação. Como especialidades da Teoria da Informação: Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; Teoria da Classificação; Representação da Informação; e Métodos Quantitativos, Bibliometria. Como especialidades da subárea Tratamento da Informação: Técnicas de Recuperação da Informação; Processos de Disseminação da Informação; e Organização de Arquivos.

Na TAC de 1984, a Ciência da Informação aparece como área da grande área “Ciências Sociais Aplicadas” e tem como subáreas: Teoria da Informação (com as especialidades Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; e Representação da Informação), Biblioteconomia (com as especialidades Teoria da Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação da Informação; e Processos de Disseminação da Informação) e Arquivologia (com a especialidade Organização de Arquivos). A Arquivologia é, então, contemplada como subárea

² Em 2005, o CNPq, a Capes e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) compuseram uma comissão especial de estudos para propor uma nova TAC, considerando a defasagem da tabela em vigor e a “forte tendência de interdisciplinaridade das áreas do conhecimento”. Essa comissão deveria, em sintonia com as tendências internacionais e com a comunidade científica, estudar as profissões com base na Organização Internacional do Trabalho (OIT), mapear os problemas das grandes áreas e definir as bases epistemológicas para a nova tabela (Portaria conjunta do CNPq, Capes e Finep, de 02 de março de 2005).

³ Informações disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

da área Ciência da Informação (SOUZA; 2004; 2008; SOUZA; STUMPF, 2009; CNPq, 1984).

Na proposta de revisão da TAC, de 2005, a Ciência da Informação teria as seguintes subáreas: Fundamentos da Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Gestão da Informação; Disseminação e Uso da Informação; Política e Economia da Informação; e Tecnologias da Informação. A Arquivologia, por sua vez, apareceria separadamente, com as seguintes subáreas: Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Métodos Arquivísticos; e Arquivologia Especializada. Contudo, esta proposta não foi consumada.⁴

Quanto às fundações de amparo à pesquisa (FAPs), podemos observar que não existe padronização para a classificação das áreas do conhecimento⁵. Como quase todas as fundações não especificam as divisões das grandes áreas que servem de base para a avaliação dos projetos de pesquisa que lhes são

submetidos, podemos inferir que a Arquivologia é contemplada no escopo das Ciências Sociais Aplicadas e juntamente da Ciência da Informação, como na TAC do CNPq.

Assim, o que Souza e Stumpf recomendam para a Ciência da Informação parece valer para a Arquivologia:

Pelas observações e reflexões apresentadas, a CI no Brasil pode ser caracterizada como um campo científico em construção. Para acelerar esse processo, necessita discutir com mais intensidade sua representação nas agências de fomento e no sistema nacional de pós-graduação, a fim de buscar identificar os rumos que estão sendo seguidos e propor as correções, contribuindo para que o campo se organize e se conheça melhor como área do conhecimento. (SOUZA; STUMPF, 2009, p. 56).

CONTEXTOS DE RECONHECIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

Em ampla e densa pesquisa acerca do objeto científico da Arquivologia, Schmidt (2012) mapeia diversas concepções a respeito, que, diferentemente contextualizadas, transitam entre o arquivo⁶ e a informação arquivística⁷. Embora esta definição nos seja bastante clara, quando associada à organicidade dos arquivos ela não parece ser suficiente para sustentar a cientificidade da disciplina, pois acreditamos que esta se constrói,

⁴ Estas informações estiveram disponíveis em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em: 05 nov./2006.

⁵ As fundações de amparo à pesquisa que seguem a classificação das áreas do conhecimento do CNPq são: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FAPPR), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA), Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre (FAPAC). As fundações que têm classificação própria são: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica de Estado de Sergipe (FAPITEC), Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (FAPEAP), Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Nem todos os sítios eletrônicos das fundações disponibilizam essas informações e, por isso, precisamos contatá-las por e-mail. Contudo, não obtivemos retorno de todas as instituições, até o momento.

⁶ Arquivo: “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

⁷ Podemos entender “informação arquivística” na perspectiva do que Rousseau e Couture (1998, p. 291) denominam de informação orgânica: “Informação elaborada, expedida ou recebida no âmbito da missão de um organismo”. A esta definição, importante se faz o acréscimo das informações produzidas e acumuladas por uma pessoa ao longo da sua vida, formando o seu arquivo pessoal. De toda forma, compreendemos que há uma sobreposição entre as duas principais concepções do objeto de estudo da Arquivologia (o arquivo ou a informação arquivística), pois, como bem pondera Silva E. (2009, p. 67), “O fenômeno informacional nos arquivos sugere a dependência de uma materialidade na disponibilidade do registro. A noção de informação arquivística parece associada à existência da unidade materializada da informação na condição documental.”.

historicamente, pela conjugação do objeto, dos princípios, dos métodos e de outros aspectos que, complementarmente, evidenciam a sua evolução e expansão, de uma área eminentemente técnica para uma disciplina científica com relativa autonomia.

Na trajetória da Arquivologia, observamos a importância dos princípios arquivísticos como delineadores da teoria arquivística e mediadores da comunicação do pensamento internacional da área (MARQUES, 2011). Nesse sentido, o Princípio de Respeito aos Fundos, depois Princípio da Proveniência⁸, tornar-se-ia a base teórica da Arquivologia, articulando os demais princípios em torno da informação orgânica registrada, objeto de estudo dessa disciplina.

Embora não exista consenso entre os estudiosos da área acerca da definição desses princípios, tomamos como referência para a pesquisa o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005), pelo fato de esse dicionário ter sido concebido pelo Arquivo Nacional, a principal instituição arquivística brasileira, e por ser a obra mais atual de terminologia arquivística do País, a qual contempla, além do Princípio da Proveniência, o Princípio do Respeito à Ordem Original⁹, o Princípio da Territorialidade¹⁰, o Princípio

da Reversibilidade¹¹ e o Princípio da Pertinência¹². Além desses princípios, é importante considerar, no desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, a Teoria das Três Idades¹³, de uso corrente no Brasil e no exterior, e o Princípio da Universalidade¹⁴, que também é referenciado na literatura (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Dentre os princípios mencionados, há que se considerar, sobretudo, o da Proveniência e o do Respeito à Ordem Original, reconhecidos pela maioria dos autores da área.

Quanto aos métodos da Arquivologia, advindos das práticas dos arquivistas no mundo do trabalho, eles são atualmente denominados na literatura da área “funções arquivísticas” (COUTURE, 2003), assim definidas pelos estudiosos canadenses:¹⁵

- Criação/produção: atividade relacionada à implementação das condições necessárias para assegurar a qualidade, a validade, a credibilidade e a perenidade da informação produzida pelas administrações. Identifica a melhor forma de traduzir o sentido da informação, a estruturará-

⁸ “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Sobre mapeamento do Princípio de Respeito aos Fundos na literatura arquivística, Souza (2012) identifica as suas origens, diferentes definições, bem como as suas contribuições para o desenvolvimento da Arquivologia.

⁹ “Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137).

¹⁰ A proveniência territorial diz respeito ao “Conceito derivado do princípio da proveniência e segundo o qual arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, excetuados os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

¹¹ “Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Pela definição apresentada, não consideramos este princípio na nossa pesquisa, por entendermos que ele não abrange todas as situações.

¹² “Princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado princípio temático” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141). Segundo os autores canadenses, esse princípio diz respeito à pertinência territorial, que é o “Princípio oposto ao princípio da proveniência e segundo o qual, sem terem em conta o local de criação, os arquivos deveriam ser entregues ao serviço dos arquivos com jurisdição arquivística sobre o território ao qual se reporta o seu conteúdo” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 293). A partir das elucidações apresentadas pelos canadenses, não consideramos a Pertinência como um princípio arquivístico.

¹³ “A abordagem das três idades assenta nas etapas de vida dos documentos. Na idade activa, o documento serve regularmente para a administração; na idade semiactiva, é utilizado ocasionalmente, e na idade inactiva, é destruído ou conservado de modo permanente” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 53).

¹⁴ “Princípio que exige que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada de forma global antes de passar a uma outra etapa mais pormenorizada. Este princípio atinge a sua justa medida naquilo a que se convencionou chamar a abordagem do geral para o particular, onde as unidades de trabalho se integram umas nas outras como mesinhas de encaixar ou bonecas russas” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 296).

¹⁵ Conforme tradução de Rodrigues, Marques e Costa (2005).

la em partes significativas; considera a relação entre os diferentes tipos de informações produzidas pela organização desde o momento de sua criação.

- Classificação: identificação e organização intelectual dos documentos de um fundo, distribuindo-os por classes/categorias, segundo uma certa ordem e um certo método.
- Avaliação: ato de julgar os valores dos documentos de arquivo (valores primário e secundário) e de decidir sobre os períodos de tempo durante os quais esses valores se aplicam a tais documentos num contexto que leva em conta os laços essenciais entre a organização/instituição (ou a pessoa) envolvida e os documentos que ela gera no âmbito de suas atividades.
- Incorporação: conjunto de medidas visando ao recolhimento (institucional) e/ou aquisição (doação, compra, comodato, etc.) de fundos arquivísticos.
- Descrição: representação precisa de uma unidade de descrição e de seus componentes, apresentando características físicas dos documentos, seu contexto de produção/acumulação/utilização, bem como a análise do seu conteúdo.
- Difusão: ação de dar a conhecer, de valorizar, de transmitir ou de tornar acessíveis as informações contidas nos documentos de arquivo aos usuários conhecidos ou potenciais, por meio da implantação de um sistema de gestão dos arquivos (correntes e intermediários); da elaboração de planos de classificação, tabelas de temporalidade, instrumentos de pesquisa; do conhecimento e da divulgação das leis de acesso; de estudos de usuários, publicações, exposições, visitas guiadas e programas educativos.
- Preservação: diz respeito a medidas de conservação com vistas a preservar os documentos.

As sete funções parecem relacionar-se, simultaneamente, aos métodos da Arquivologia como disciplina científica (que aplicados ao seu objeto de estudo à luz dos princípios

arquivísticos singularizam a disciplina, distinguindo-a das outras que compõem o campo da informação) e aos papéis desempenhados pelo arquivista no exercício da sua profissão no mundo do trabalho.

Ao estudarmos a trajetória da Arquivologia como disciplina, buscamos, também, mapear alguns aspectos que pudessem mensurar a sua evolução e expansão quantitativa e, sobretudo, qualitativa (MARQUES, 2011; 2013), conforme orientações de Friedson (1986) e Gagnon-Arguin (1992). Nessa perspectiva, mapeamos 46 instituições arquivísticas no mundo, que desempenham o papel de arquivos nacionais, mais ou menos segundo o modelo institucional criado no contexto da Revolução Francesa (SILVA et al, 1999). A instituição mais antiga que identificamos foi o *Mundio*, na Itália, criado em 721, enquanto a mais recente foi o *Archives Nationales du Quebec* (Canadá), de 1969¹⁶.

Entre o mundo do trabalho e o científico, essas instituições exercem importante papel na formação profissional, contribuindo para o reconhecimento dos arquivos, da Arquivologia e do arquivista. No Brasil, o Arquivo Nacional, criado em 1838, como Arquivo do Império, foi, por muitos anos, protagonista nesse enredo: desde o final do século XIX já apresentava, em seus regulamentos, preocupações quanto à oferta de cursos que pudessem formar e habilitar tecnicamente o pessoal de arquivo; ao longo do século seguinte, promoveu cursos e eventos nesse sentido (inclusive com a participação de reconhecidos professores estrangeiros), implantando o Curso Permanente de

¹⁶ Evidentemente, este mapeamento não foi exaustivo e apresenta-se aquém da realidade internacional. Em breves pesquisas na Internet, podemos localizar outras instituições. Aproveitamos para agradecer aos alunos do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) que cursaram, no primeiro semestre de 2014, a disciplina Seminário em Arquivística 1, cujo tema foi “A institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil”, os quais contribuíram com profícuas reflexões acerca da identidade da Arquivologia como disciplina, a partir dos aspectos relacionados à sua evolução científica, trazendo novas informações a respeito.

Arquivos (CPA), em 1960, como o primeiro curso regular para a formação de arquivistas; publicou e traduziu obras que promoveriam a circulação do pensamento arquivístico internacional no País.

Quanto aos manuais internacionais, mapeamos 184 na literatura da área, considerando como o primeiro deles o “Manual de arranjo e descrição de arquivos”, conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin (1898). A última obra identificada, segundo a metodologia utilizada, foi “Bibliografía archivística española [recurso electrónico]: 1962-2000”, cujo autor é Luis Miguel de la Cruz Herranz. De acordo com pesquisa realizada na biblioteca do Arquivo Nacional, encontramos 77 obras arquivísticas brasileiras¹⁷.

Embora imprescindíveis para a circulação do pensamento arquivístico, bem como para o (re) conhecimento de pesquisadores renomados (e desconhecidos), muitos desses manuais dos quais tivemos referência não estão disponíveis *on-line*, tampouco fisicamente. Essas dificuldades de acesso, somadas àquelas relacionadas a idiomas pouco conhecidos, acabam comprometendo o potencial dessas obras como sínteses das tendências históricas do pensamento que podem adubar a árvore do conhecimento arquivístico.

Em relação aos cursos de formação de arquivistas, identificamos 130, de 1582 (na Dinamarca) a 1992 (Canadá), espalhados em 45 países (desconsiderando o Brasil, em que fizemos uma análise mais detalhada da trajetória dos 16 cursos de graduação).¹⁸ Essa formação é oferecida no âmbito da graduação, como no Brasil, ou da pós-graduação, independentemente ou vinculada, academicamente, a outras áreas, como História, Biblioteconomia e Ciência da Informação. De toda forma, esses cursos são essenciais para a capacitação profissional do arquivista e para a sua atuação no mundo do trabalho, para que possa resolver, a partir do seu conhecimento teórico, questões práticas.

É importante lembrarmos que, por muitos anos, a Arquivologia esteve, inclusive no Brasil, contemplada nos cursos de Biblioteconomia, por meio de disciplinas desses cursos (CASTRO, 2000). Mais recentemente, já são verificadas preocupações quanto à necessidade de o egresso identificar os limites epistemológicos delimitadores do campo de conhecimento da Arquivologia, inclusive em relação à Ciência da Informação, em alguns cursos criados no Brasil.¹⁹

O nosso mapeamento da legislação relacionada aos arquivos identificou 125 leis, mas somente 11 eram propriamente arquivísticas, como a Lei 8.159 de janeiro de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil.²⁰ A maioria das leis volta-se para o acesso à informação, como a Lei 12.527 de 18 de novembro

¹⁷ Pesquisa no catálogo on-line da biblioteca do Arquivo Nacional, realizada em abril e maio de 2010, na qual identificamos obras arquivísticas publicadas no exterior e no Brasil, de autores brasileiros e estrangeiros, além de traduções brasileiras de obras estrangeiras (MARQUES, 2011).

¹⁸ Novamente, ressaltamos que o referido mapeamento teve propósito mais ilustrativo que exaustivo. Assim, outras fontes, como a pesquisa realizada por Feng e Wang (2002), devem ser consultadas. Quanto aos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros, eles estão distribuídos nas seguintes universidades: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), UnB, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Universidade Estadual da

Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Pará (UFPA). O Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO) não foi objeto da nossa análise, pois estava em fase de implantação à época da conclusão da tese.

¹⁹ Essas preocupações foram identificadas nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Arquivologia da UFSC, da UFAM e da UFPA. Agradecemos à Flávia Helena de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), por sua gentileza em nos disponibilizar cópias dos referidos documentos.

²⁰ Informações disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 03 ago. 2014.

de 2011, no Brasil.²¹ Daquele universo, a lei mais antiga era a da Suécia (1766) e a mais recente, a do Brasil (2011). Ainda que não sejam suficientes para a efetiva implantação de políticas públicas nacionais de arquivos (JARDIM, 2010), essas leis podem funcionar como a sua base. Além disso, contribuem singularmente para a visibilidade social dos arquivos e, conseqüentemente, da Arquivologia.

Igualmente relevantes são as obras voltadas para a padronização da terminologia arquivística. Dessas, identificamos 31, de 1952 a 2005, produzidas por 13 países, inclusive pelo Brasil, onde os dicionários da área mais utilizados foram produzidos pela AAB (CAMARGO; BELLOTTO, 1996) e pelo Arquivo Nacional (2005). Como bem lembra Bellotto (2007), essas obras podem, de forma ampla: facilitar o entendimento entre os profissionais; aumentar a qualidade técnica dos trabalhos nas respectivas áreas e servir de instrumento útil para a formação e o treinamento.

Sobre os eventos internacionais da área, centramos-nos naqueles organizados pelo *International Council on Archives* (ICA). Já foram realizados 18 Congressos Internacionais de Arquivos (1950-2012) e 44 *Conférences Internationales des Tables Rondes des Archives* (CITRAs), entre 1954 e 2013 (MARQUES, 2013).²² Com diversidade e relevância temática, esses eventos ratificam o importante papel do ICA na representação dos profissionais de arquivo do mundo inteiro, especialmente quanto à gestão eficaz dos arquivos, à preservação, ao tratamento e à utilização do patrimônio arquivístico mundial.²³ No Brasil, temos dois eventos regulares voltados para a área: o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), organizado pela AAB desde 1972, na sua 17ª versão; e o Congresso Nacional de

Arquivologia (CNA), desde 2004, hoje organizado por associações de arquivistas em cooperação com cursos de Arquivologia, na sua 6ª versão.

Além dos eventos, mapeamos os periódicos que contemplam questões arquivísticas, ainda que não seja de forma exclusiva. Cinquenta e cinco periódicos nos remetem, novamente, à importância de instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o ICA, a *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA) e o *Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos* (CIDA) na trajetória da Arquivologia internacional. Os principais problemas identificados foram a falta de regularidade dessas publicações, bem como o acesso gratuito restrito a muitas delas. Novamente, como no caso dos manuais, questões relacionadas ao acesso comprometem a ampla circulação de obras relevantes para a construção do conhecimento arquivístico. No Brasil, destacam-se a Revista Arquivo & Administração (da AAB, desde 1973), a Acervo (do Arquivo Nacional, desde 1986), a Cenário Arquivístico (da Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ, desde 2000) e a Informação Arquivística (da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ, desde 2012).

Mapeamos, também, 24 associações de arquivistas (ou relacionadas aos arquivos). A pioneira foi a da França (1904) e, a última, da Espanha (2006). No Brasil, temos, hoje, dez dessas associações: a AAB (criada em 1971); a ABARQ, de 1998; a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), também de 1998; a Associação de Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS), de 1999; a Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), de 2002; a AAERJ, de 2004; a Associação dos Arquivistas do Espírito Santo (AARQES), de 2005; a Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR), de 2006; a Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG), também de 2006; e a Associação Mineira de Arquivistas, de 2013. De acordo com Souza (2011), essas instituições têm por atribuições: a defesa do espaço de atuação do arquivista, como a fiscalização das ofertas de trabalho; servirem de espaço para reflexão e discussão no âmbito de eventos da área; a capacitação, com a

²¹ Informações disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 03 ago. 2014.

²² Além desses, a partir dos documentos pesquisados no Fundo Arquivo Nacional, identificamos 35 eventos internacionais arquivísticos / de interesse da Arquivologia (1951 a 1992), organizados por diferentes instituições e realizados em diversos países, inclusive no Brasil.

²³ Informações disponíveis em: <<http://www.ica.org/103/a-propos-de-lica/une-introduction-notre-organisation.html>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

complementação da formação dos profissionais; além da divulgação de ofertas de emprego.

Por fim, mas não menos importante, temos de mencionar a evolução da produção científica arquivística no Brasil. Na primeira fase da nossa pesquisa (CUNHA, 2003), mapeamos, mediante pesquisas na Internet e correspondência com universidades, 57 dissertações e teses relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, em sua maioria estudos de casos, cujos temas voltavam-se para a organização de documentos e recuperação da informação, destacando-se aqueles ligados aos documentos eletrônicos. Na segunda fase (MARQUES, 2007), identificamos 87 pesquisas no Banco de Teses da Capes, as quais contemplavam, predominantemente, o objeto e a finalidade da Arquivologia, as funções arquivísticas, os arquivos e a sociedade e o meio profissional dos arquivos. Na terceira fase (MARQUES, 2011), localizamos a referência de 101 dissertações e teses, pulverizadas em diversos programas (majoritariamente na Ciência da Informação), conforme nova pesquisa na mesma plataforma. Em 2011, atualizamos os resultados da pesquisa anterior, novamente no Banco de Teses da CAPES, e encontramos 247 pesquisas arquivísticas produzidas em diversos programas de pós-graduação brasileiros até 2010, voltadas, predominantemente, para questões que tangenciam o objeto e a finalidade da disciplina; os problemas particulares relativos aos arquivos (como ética, acesso à informação e proteção da vida privada); e os arquivos privados. Quarenta e três por cento das 247 pesquisas com temas arquivísticos foram produzidas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação (MARQUES; RONCAGLIO, 2012)²⁴.

Ao nos atermos à evolução quantitativa, podemos observar que a produção científica arquivística tem crescido bastante nos últimos anos: do primeiro ao último mapeamento, o número de pesquisas

quadruplicou. Qualitativamente, verificamos uma diversidade temática nas dissertações e teses relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, embora já possamos identificar, sobretudo nos últimos anos, pesquisas preocupadas com a história, a teoria e a epistemologia da Arquivologia, o que reforça a identidade científica da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os territórios históricos, teóricos e epistemológicos da Arquivologia diz respeito a um árduo e prazeroso trabalho, uma vez que o mapeamento do seu objeto, dos seus princípios, dos seus métodos e de aspectos demarcadores da sua evolução e expansão acadêmica e científica nos permitiu passear pela longa trajetória dessa disciplina, a partir de densa pesquisa bibliográfica e documental. Percebemos que não se trata de uma trajetória linear e que há momentos e processos de avanços e de recuos, singulares em cada país e, por vezes, distintos dentro de um mesmo país, como o Brasil (MARQUES, 2011).

A situação da disciplina no campo da informação, muitas vezes equivocadamente confundida com e subordinada à Ciência da Informação, tem sido propulsora da nossa busca por reflexões acerca da identidade arquivística e do arquivista. Parece que, para vários pesquisadores, professores e estudantes, a Arquivologia ainda não alcançou “capacidade científica” quando comparada a outras áreas, especialmente em relação à Ciência da Informação, ainda que a última tenha uma trajetória bem mais recente que ela, com objeto, princípios e métodos ainda indefinidos.

A síntese que apresentamos da trajetória e configuração das instituições, dos manuais, dos cursos, da legislação, da terminologia, dos eventos, dos periódicos, das associações e das pesquisas arquivísticas, conjugada com os processos de construção do objeto, dos princípios e dos métodos da Arquivologia, parece-nos evidenciar a sua cientificidade, caracterizando-a como uma disciplina (relativamente) autônoma. O reconhecimento da sua identidade acadêmica, científica e social estende-se, evidentemente, por um longo processo histórico,

²⁴Tendo em vista a atualização desses números, realizamos, novamente, uma pesquisa no Banco de teses da Capes, em fevereiro de 2013, no âmbito de um projeto de iniciação científica, e identificamos 279 pesquisas com temas relacionados aos arquivos e à Arquivologia (235 dissertações e 44 teses), produzidas entre 1972 e 2011. Todavia, os resultados deste projeto ainda não foram publicados.

que inclui negociações, ajustes, alianças, conflitos e diálogos com outras disciplinas (hoje especialmente com aquelas do campo da informação), outros profissionais e entre diversas instituições.

Academicamente, ainda temos vários cursos de Arquivologia vinculados a departamentos, faculdades e institutos de Ciência da Informação. Cientificamente, grande parte da produção científica relacionada aos arquivos e à Arquivologia ainda se dá em programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Institucionalmente, a Arquivologia ainda está subordinada à Ciência da Informação na classificação de áreas do conhecimento que serve de base para o fomento à pesquisa. E, socialmente, o arquivista ainda é, por vezes, confundido com o bibliotecário, quando, aparentemente, o *status* que parece ter mais visibilidade é o do cientista da informação, mesmo que não regulamentado profissionalmente no País.²⁵

No que diz respeito aos vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia à Ciência da Informação, precisamos nos lembrar de que estes são frutos de negociações políticas no âmbito das universidades. No caso do curso de Arquivologia da UnB, por exemplo, houve, no final da década de 1970, uma tentativa de implantá-lo no então Departamento de Geografia e História. No entanto, a proposta não se concretizou e o curso somente seria criado, mais de uma década depois, no âmbito do então Departamento de Biblioteconomia, hoje Faculdade de Ciência da Informação (MARQUES, 2007).

Quanto à produção científica arquivística nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, podemos inferir que as justificativas dessa inserção estejam relacionadas: à mencionada vinculação acadêmica dos cursos de Arquivologia a departamentos de Ciência da Informação, o que pode facilitar o ingresso de egressos dos cursos nesses programas; à titulação dos professores desses cursos em

Ciência da Informação, o que, novamente pode ser um fator estimulante para os alunos dos cursos adentrarem nos referidos programas; à escassez de programas de pós-graduação em Arquivologia no Brasil, levando os interessados em desenvolver pesquisas com temáticas arquivísticas a procurar programas de pós-graduação que lhes sejam mais próximos teoricamente. No caso da Ciência da Informação, provavelmente isto acontece pela abertura de diálogos teóricos e epistemológicos entre as duas disciplinas, propiciada pela amplitude do objeto “informação”, o qual, em maior ou menor grau, as perpassa.

Sobre a subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação na TAC no CNPq, como bem aponta Schmidt (2012, p. 275), esta é movida por “um discurso que a insere nesta perspectiva e que contribui, tanto para a inserção dos cursos de graduação em departamentos conjuntos da Biblioteconomia, como para a mudança de nome de alguns destes para Ciência da Informação”. Segundo ela, este discurso passa a sustentar-se por reflexões advindas da Ciência da Informação e não da própria Arquivologia, que se apropria da perspectiva informacional sem as devidas ressalvas. Evidentemente, por parte da Ciência da Informação, a referida classificação não é nada ingênua, uma vez que essa subordinação influencia em reconhecimento de capital científico e em distribuição de capital monetário (BOURDIEU, 2001; JARDIM, 2011).

Considerando, dessa maneira, a epistemologia das duas disciplinas, como a Arquivologia poderia continuar sendo classificada como uma subárea da Ciência da Informação, se a definição de subárea prevê a segmentação da área do conhecimento estabelecida (no caso a Ciência da Informação) em função do objeto de estudo (a informação?) e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados (quais são os métodos da Ciência da Informação?)? Se uma tabela deve representar com propriedade o atual desenvolvimento histórico, cultural e educacional em C&T do País (SOUZA, 2004; 2008), poderíamos inferir, a partir da última TAC, que a Ciência da Informação está mais desenvolvida ou mais sistematizada que a Arquivologia?

²⁵ É importante lembrar que a profissão de arquivista foi regulamentada pela Lei 6.546, de 04 de julho de 1978. Informações disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 07 ago. 2014.

No nosso entendimento, a Arquivologia reúne os requisitos para configurar-se como uma área independente na TAC, por possuir, segundo a articulação do seu objeto, dos seus princípios, dos seus métodos e de todos os aspectos demarcadores da sua trajetória histórica e epistemológica, conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construídos, reunidos segundo a natureza da informação orgânica registrada, na perspectiva do ensino, da pesquisa e das aplicações práticas, atendendo à definição de “área” da Capes e do CNPq.

A partir das preciosas reflexões de Bourdieu (2001), podemos, portanto, destacar a Arquivologia como uma disciplina relativamente autônoma, diferente das demais que lhe avizinham no campo da informação, com instituições, periódicos, eventos, regulamentação da profissão, etc. próprios. Paulatinamente, ela vem alcançando sua autonomia no contexto do seu microespaço científico, conquistando espaços acadêmicos e tecendo diálogos científicos mais amplos com outras disciplinas, sem ter que a elas se subordinar.

Desse modo, autonomia acadêmica e autonomia científica se sobrepõem, culminando na busca por visibilidade social na legitimação de uma área, na sua conquista de espaços e no seu reconhecimento como disciplina científica. Nessa perspectiva, assim como as demais áreas, a Arquivologia depende de pesquisas densas para se pensar, (re)conhecer, desenvolver e aparecer no mundo científico.

A exemplo das indicações do Documento de Área da Capes (2013)²⁶ quanto a questões históricas, conceituais, político-institucionais, de formação e funcionais no âmbito da interdisciplinaridade, acreditamos que estas questões também devam ser contempladas no escopo da singularidade de cada disciplina. A combinação do disciplinar e do interdisciplinar não deve comprometer, por um lado, a identidade de disciplinas que possuem história, teoria e epistemologia próprias; e, por outro, promissores e profícuos diálogos, como acontece com a Arquivologia no campo da informação, com suas buscas por interlocução com a Ciência da Informação, Biblioteconomia e Museologia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.A.Á. O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014.

_____. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jun./jul. 2010.

ARLETTAZ, G. Pour une démarche historique et scientifique des archives. *Archives*, Quebec, v. 35, n. 1-2, 2003-2004.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H.L. As terminologias das áreas do saber e do fazer: o caso da Arquivística. *Acervo*. Rio de Janeiro, n. 20, n. 1-2, 2007, p. 47-56.

BOTTINO, M. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001*. Paris: Raisonsd’agir, 2001.

BRITTO, M.T.S.N. de. *La formation universitaire en Archivistique au Brésil*. 1995. 167 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Especialização em Arquivística) – Université de Montréal, Montreal, 1995.

CAMARGO, A.M. de A.; BELLOTTO, H.L. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CASTRO, A. *História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: SEPLAN/CNPq, 1984.

COOK, T. What is past is prologue: a History of Archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Toronto, n. 43 (primavera de 1997). Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-pastprologue-ar43fnl.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

COSTA, L.C. *Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação*. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COUTURE, C. La formation et la recherche en archivistique. Éléments révélateurs de l’état de développement de l’archivistique contemporaine. Synthèse d’un projet de recherche. *Archives*, Quebec, v. 33, n. 2, p. 21-51, 2001-2002.

_____. (Org.). *Les fonctions de l’Archivistique contemporaine*. Québec, Canadá: Presses Universitaires du Québec, 2003.

²⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

- _____; DUCHARME, D.; ROUSSEAU, J.Y. L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité? *Argus*, Quebec, juin 1988, v. 17, n. 2, p. 51-60.
- _____; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.
- CUNHA, A.A. da. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. *Resumos...* Brasília: UnB, 2003.
- DELSALLE, P. *Une histoire de l'Archivistique*. Quebec: Université du Québec, 1998.
- DUCHEIN, M. The history of European Archives and the development of the Archival Profession in Europe. *American Archivist*, Chicago, v. 55, winter, 1992.
- _____. Archives, archivistes, Archivistique: définitions et problématique. In: FAVIER, Jean. *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993, p. 19-39.
- FENG, H.; WANG, J. [INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES]. *Directory of Archival Education and Training Institution*. 2002. Disponível em: <http://www.ica-sae.org/directory_second_edition.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2014.
- FONSECA, M.O.K. *Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FRIEDSON, E. *Professionals powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: University of Chicago, 1986.
- GAGNON-ARGUIN, L. *L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.
- GALLAND, B. L'archivistique française à l'épreuve du temps. *Archives*, Quebec, v. 34, n. 1-2, 2002-2003.
- GENERELO, J.J.; MORENO LÓPEZ, A. *Historia de los archivos y de la Archivistica en España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998.
- GOMES, Y.Q. *Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história*. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- JARDIM, J.M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (Org.). *Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010, p. 201-216.
- _____; FONSECA, M.O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *INFORMARE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.
- _____. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, A.A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75. (I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia)
- LE COADIC, Y.F. *A Ciência da Informação*. Trad. Maria Yêda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LIMON, M.F. La poursuite du développement et de la formation en archivistique. *Archives*, Quebec, v. 31, n. 3, 1999-2000.
- LOPES, L.C. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. *Archives*, v. 29, n. 2, 1997-1998.
- MARQUES, A.A. da C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- _____. *Interloções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- _____. *A Arquivologia brasileira: busca por autonomia no campo da informação e interloções internacionais*. Rio de Janeiro: AAB, 2013.
- _____; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.
- _____; SANTOS, P.E. dos; RODRIGUES, G.M. (Org.). *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB; FAPERJ, 2014.
- PINHEIRO, L.V.R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: _____ (Org.). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.
- POSNER, E. *Archives in the Ancient World*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- RIBEIRO, C.F.A. *O acesso à informação nos arquivos*. 1998. 851 f. (Dissertação de doutoramento em Arquivística) – Universidade do Porto, Porto, 1998.
- RODRIGUES, G.M.; MARQUES, A.A. da C.; COSTA, L.C. Arquivistas e Arquivologia: lugares de formação, competências e exigências profissionais. In: VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, 2005, Campos do Jordão - SP. *Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul*, 2005.

ROUSSEAU, J.Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, P.E. dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: Teatral, Faperj, 2010.

SCHAEFFER, R. From craft to profession: the evolution of Archival Education and Theory in North America. *Archivaria*, Toronto, v. 37, Spring 1994.

SCHMIDT, C.M. dos S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, A.M. da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, E.P. da. *A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)*. 130 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, J.G. e. *Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, W.A. *Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas*. 2009. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2009.
SOUZA, C.L. Princípios arquivísticos na literatura internacional e nacional: mapeamento do princípio da proveniência. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. Brasília, v. 5, n. 2, p. 45-62, jul./dez. 2012.

SOUZA, K.I.M. de. *Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena*. 2010. 378 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidad Carlos III de Madrid, Madri, 2010.

_____. *Arquivista: visibilidade profissional; formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, R.F. de. Áreas do conhecimento. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004.

_____. Organização e representação de áreas do conhecimento em Ciência e Tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso da informação.

Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006.

_____. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. *Anais...* Salvador, 2008.

_____; STUMPF, I.R.C. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 41-58, 2009.

VIVAS MORENO, A. El tiempo de la archivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.